

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LISTADOS NO ITEM 3.2

Eu,

.....representante  
legal da ..... associação/fundação  
....., pessoa jurídica de  
direito privado sem fins lucrativos com atividades dirigidas a cultura, inscrita  
no CNPJ nº ....., com sede à  
..... CEP..... ,  
portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº  
....., venho, em nome da referida entidade,  
declarar, nos termos do item 3.2 do Edital nº XX, de XX de XXXX de 2020  
(publicado no D.O.U. de XX/XX/2020), e do inciso III do art. 2º c/c § 30 do  
art. 2º do Decreto nº 8 745, de 2016, declarar, sob as penas da lei, que a  
entidade acima referida não incorre em nenhum dos seguintes  
impedimentos:

I - tenha sido desqualificada como organização social, por descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão, nos termos do [art. 16 da Lei nº 9.637, de 1998](#), em decisão irrecorrível, pelo período que durar a penalidade;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão supervisor ou a entidade supervisora; e

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública federal;

IV - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente federativo, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; e

V - não possuam comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por meio de:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

- b) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

VI - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública federal nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e forem quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; ou
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VII - tenha sido punida com sanção que impeça a participação na seleção ou na celebração de contrato de gestão, termo de colaboração, termo de fomento ou instrumento congênere com a administração pública federal ou com o ente supervisor, pelo prazo que durar a penalidade;

....., ..... de ..... de 2020.

Assinatura do Representante Legal da Entidade